



BNCC x PCN: INCLUSÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Hélis Cristina Alves de Lima ¹

RESUMO

A inclusão de alunos com especialidades educacionais necessita de uma ampla discussão a fim de buscar melhorias, e poder garantir que o processo de ensino-aprendizagem esteja de acordo com as características e singularidades de cada educando. Esta pesquisa por meio bibliográfico busca analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) dentro do processo de inclusão escolar. Pode-se perceber ao longo do estudo e análise que os PCNs trazem maior colaboração aos educadores do que a BNCC, além de não apresentar a educação especial inclusiva de forma específica, não garantindo assim, que esta seja observada com a importância que merece no processo educacional de cada indivíduo. Torna-se necessário que a BNCC seja discutida, por ela ter caráter normativo, possa garantir a educação igualitária.

Palavras-Chave: Escola. Currículo. Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de desenvolvimento, socialização e enriquecimento do educando. Quando se remete à educação especial, o espaço escolar torna-se um lugar de estímulo e de busca pelo desenvolvimento humano. Na atualidade, a inclusão educacional necessita ser discutida na busca de melhorias, no que se refere a materiais, espaço e de suma importância a formação dos professores, a fim de garantir que o processo de ensino-aprendizagem esteja correlato com a necessidade de cada educando (SARTORETTO, 2008)

Apesar das dificuldades que surgiram na sociedade em geral, dentro dos espaços escolares, apareceram novas forma de construir o conhecimento do educando com

¹ Licenciada em Letras Pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu FECLI/UECE. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa Pela Universidade Gama Filho - UGF. Especialista em Gestão Educacional e Práticas Educativas, pela Universidade Candido Mendes – UCAM, Especialista em Especialização em Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à EJA – Ênfase em Didática, Pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Servidora Pública do Município de Cedro; hcrisinalima@hotmail.com.



especialidades educacionais, apresentando recursos como o Braille, Libras e as tecnologias assistivas.

A transformação de todas as escolas em escola inclusiva é um grande desafio que temos que enfrentar. A redefinição do papel das escolas especiais como responsáveis pelo oferecimento de atendimento educacional especializado e das escolas comuns como o local onde os alunos, através dos conhecimentos possam questionar a realidade e coletivamente viver experiências que reforcem o sentimento de pertencimento é condição para que a inclusão aconteça. (SARTORETTO, 2008, p. 03).

O sentimento de pertencimento do educando acontece quando ele se identifica dentro do processo de ensino-aprendizagem, no entanto torna-se necessário que o professor possa planejar suas atividades diferenciadas ou até mesmo adaptadas a fim de contemplar a participação de todos, prezando pela aprendizagem, visando a flexibilização do currículo, para que assim possa desenvolver de maneira efetiva os ensinamentos em sala de aula e também para que o professor consiga atender as necessidades individuais de todos os alunos (GLAT, 2009).

O ambiente escolar necessita ser cercado de diversidade e respeito para com todos os educandos, ou seja, os professores necessitam utilizar-se de práticas pedagógicas que trabalhem o processo inclusivo em sala de aula. Nesse processo, a concepção inclusiva dentro do ambiente escolar deve ser ampla e inserir o educando no ensino regular, implica assegurar o direito de aprender. Necessita muito mais que uma simples reformulação de espaço, de conteúdo ou ritmos do aprendizado (KUPFER e PETRI, 2000).

O currículo escolar dentro de uma escola inclusiva necessita romper com a inúmeras práticas excludentes e as concepções pedagógicas que buscam o conservadorismo. Portanto, torna-se necessário transformar a escola, questionar concepções e valores, visto que não é apenas transformar as práticas educacionais, mas sim, transformá-las tendo como função o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes (MERCADO e FUMES, 2017).

Atualmente, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular surge de forma normativa, homologada em dezembro de 2018, norteador a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II. A Constituição Federal – CF (1988), a Lei de Diretrizes e Bases – LDBEN (1996), o Plano Nacional de Educação – PNE (2014), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (2013), e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) possuem grande importância dentro da educação brasileira, pois garantem e caracterizam a educação para todos.



Na CF, em seu Art. 208, sinaliza o atendimento especializado às pessoas com deficiência e preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Nos últimos anos o discurso sobre a inclusão foi fortalecido, diversas políticas públicas inclusivas foram sendo criadas, a fim de implementar e assegurar o direito da permanência dos educandos em sala de aula (SCHERER e DAL'IGNA, 2015).

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, decreto nº 6.024/2007, discorre a fim de “garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas” (BRASIL, 2007 p. 01).

Buscou-se analisar a BNCC - Base Nacional Comum Curricular e os PCNs – Parametros Curriculares Nacionais, por possuírem respectivamente, caráter normativo e orientador para os trabalhos com as práticas docentes, sendo que ambas são utilizadas com documentos referenciais na educação. A análise não busca trabalhar os documentos na íntegra, apenas a parte que retrata da Educação Especial, apresentando os pontos positivos e negativos dentro no contexto inclusivo escolar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa iniciou-se com cunho exploratório que foi de fundamental importância para a decisão dos assuntos abordados. Inicia-se como exploratória pois, é necessário ir buscar o que realmente se quer pesquisar. A pesquisa bibliográfica foi feita com intuito de buscar informações extremamente fundamentais, em artigos, livros, teses e monografias.

Köche (2009, p.37) define a pesquisa bibliográfica como “indispensável para qualquer tipo de pesquisa”, pois é nela que o pesquisador conhece e analisa as principais teorias e contribuições existentes acerca do assunto explorado.

Para um melhor entendimento Gil (2009, p.109) explica claramente a principal finalidade da pesquisa bibliográfica, relatando que “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”, ele completa dizendo que praticamente toda pesquisa acadêmica, requer o uso de pesquisa bibliográfica em algum momento do trabalho.



O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O período da elaboração dos Prâmetros Curriculares Nacionais – PCN, no final dos anos 1990, o Ministério da Educação – MEC, lançou as Adaptações Curriculares dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no campo da Educação Especial, as estratégias para o trabalho com alunos necessidades educativas especiais, que tinha como propósito oferecer orientações aos professores sobre a adaptação dos estudantes com especialidades educacionais especiais.

Estas Adaptações Curriculares visavam basear a educação em pluralidades e assim trabalhar ritmos e estilos da aprendizagem, contrariando a tese de que todos aprendem no mesmo ritmo e ao mesmo tempo (BRASIL, 1999).

Nos anos 2000, aconteceu um redimensionamento desse documento, sendo dividido em 08(oito) módulos relativos ao Programa “Adaptações Curriculares em Ação”, dos quais quatro são específicos por área de atendimento: altas habilidades/superdotação, deficiência física neuromotora, deficiência visual e surdez. Dentro desses módulos, são reforçadas ações que buscam a reorganização dos componentes curriculares como condição imprescindível para a inclusão do educando nas salas de aula do ensino regular.

O MEC, no final dos anos 2000, lança a segunda edição das Adaptações Curriculares em Ação, tendo com título: Saberes e Práticas da Inclusão. Este material encontra-se vinculado as práticas pedagógicas que visavam reabilitar, permanecendo inalteradas perante a normalização da pessoa com especialidades educacionais, que era até então vista como incompleta, que precisava de se adaptar a um conhecimento previamente selecionando dentro de uma cultura mais ampla, onde assim, buscava a homogeneização (FRANCO, 2000).

Na Educação Especial, o próprio tema do currículo gera dúvidas e polêmicas, visto que para muitos prevalece a concepção de currículo diferenciado e com uma sequência de atividades que expõe as diferenças. A principal crítica encontra-se relacionada ao currículo pois apresenta uma neutralidade, propondo estratégias de adequação, metodologias e avaliações diferenciadas para os estudantes com especialidades educacionais especiais. Os critérios adotados para a seriação e hierarquização dos conhecimentos que permanecem inalterados e as modificações curriculares feitas para os estudantes com deficiência passam dentro de um contexto de banalização, um esvaziamento de conteúdos epistemológicos e a baixa expectativa da avaliação, passando a trabalhar uma exclusão velada (FRANCO, 2000).



A inclusão escolar é muito mais ampla do que simplesmente inserir o educando com necessidades nas salas de aula regular, isto implica em repensar a escola de maneira que esta possa assegurar a todos o direito de aprender e se desenvolver. É necessário que a escola possa reformular seu currículo, rompendo práticas excludentes e concepções conservadoras (KUPFER e PETRI, 2000).

A Educação Especial dentro da perspectiva da Educação Inclusiva requer um repensar da escola frente aos novos paradigmas, buscando derrubar as fronteiras entre o regular e o especial. A inclusão escolar deve ser decorrente de uma prática acolhedora, tendo como visão uma escola única e que transformem o aprendizado de todos.

No currículo escolar deve prevalecer a ideia de flexibilização curricular, seja dentro da prerrogativa para celebrar as diferenças, buscando contrariar as práticas tradicionalistas. Essa flexibilização deve ser inserida em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a fim de produzir propostas específicas, diferenciadas e menos complexas a fim de priorizar os conhecimentos tácitos, em detrimento aos científicos (FERNANDES, 2011).

De acordo com o documento sobre as Adaptações Curriculares, as práticas educacionais e pedagógicas devem contribuir dentro da sua atuação profissional a facilitar o processo inclusivo dos alunos com especialidades educacionais especiais, buscando adaptar os conteúdos as suas potencialidades, ou seja:

Considerar a diversidade que se verifica entre os educandos nas instituições escolares requer medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender, efetivamente, às necessidades educacionais especiais dos que apresentam deficiência(s), altas habilidades (superdotação), condutas típicas de síndromes ou condições outras que venham a diferenciar a demanda de determinados alunos com relação aos demais colegas. Essas condições exigem a atenção da comunidade escolar para viabilizar a todos os alunos, indiscriminadamente, o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e ao conjunto de experiências curriculares disponibilizadas ao ambiente educacional, a despeito de necessidades diferenciadas que possam apresentar. (BRASIL, 1998, p. 13)

Dentro desse documento constam 10(dez) objetivos que buscam abordar as capacidades dos alunos, dentro destes tem um de valor significativo para a educação especial ao se referir

Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente; [...]desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação



peçoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p. 07).

Pode-se considerar que os PCNs tem como objetivo dentro da educação especial a adaptação curricular, visando a possibilidade de uma educação apropriada ao seu nível intelectual dos alunos que estão incluídos dentro das classes regulares de ensino, buscando possibilitar a inserção social e o enriquecimento na vivência com seus pares, no entanto, o currículo deve oferecer atividades contextualizadas e dentro da capacidade de cada um, buscando potencializar aprendizagens, dentro dos níveis de ensino que estão inseridos, e não necessariamente estarão acompanhando a progressão da turma (BRASIL, 1997).

O Currículo Escolar está intimamente ligado a aprendizagem escolar, dentro de um modelo organizacional para orientar os níveis de ensino e ações docentes. Geralmente, o currículo é construído a partir do projeto pedagógico e traz consigo concepções e fundamentos filosóficos e sociopolíticos que relacionam teoria/prática/ação/planejamento (SILVA, 2012).

Na atualidade, os debates sobre o currículo na Educação Especial estão ligados as determinações legais de elaboração tendo como base a BNCC que busca apontar os direitos e objetivos ligados a aprendizagem dos educandos, e busca orientar a produção dos currículos nos sistemas de ensino. A CF em seu Art. 210 prevê a fixação de “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, p.35)

O Conselho Nacional de Educação - CNE e a Câmara de Educação Básica – CEB, em sua Resolução Nº 04/2010 – CNE/CEB, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.

Superar a dicotomia entre a produção do texto curricular e sua implementação, torna-se necessária a fim de entender que a análise integrada desses processos se revelam como uma



atividade política. Os currículos são produzidos dentro de um processo político e nas suas diversas representações, inseridos nas múltiplas leituras até a sua versão final. Nesse esforço, o MEC elaborou no período de 2015 – 2016, duas versões da BNCC, fazendo com que a sociedade participasse da construção do documento (MACEDO, 2014).

O maior desafio a ser enfrentado não encontra-se na BNCC, mas sim em uma aplicabilidade que possa atender os interesses das políticas nacionais e assim torná-las acessível a todos, quer seja professores, quer seja alunos; buscando assim um planejamento e uma abordagem curricular que busque transcender os conteúdos e passem a trabalhar a prática pedagógica atendendo as individualidades dos educandos (FERREIRA, 2015).

BNCC e PCN: seus diferenciais a cerca da Educação Especial.

As inúmeras discussões dentro do contexto educacional a cerca das políticas públicas para a Educação Inclusiva, trata da transversalidade dentro do contexto da Educação Especial na perspectiva da BNCC, como era tratado dentro dos PCNs. Estas abordagens sobre os conteúdos, currículo, avaliação e as adaptações necessárias a fim de suprir a aprendizagem dos educandos com especialidades educacionais especiais.

O Ministério da Educação e Cultura – MEC, em 1998, encaminhou os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, tendo a pretensão de ser as diretrizes nacionais da educação. No entanto, ao longo do Plano Nacional de Educação, em 2014, indicou que fosse realizada uma Base Nacional Comum, visando garantir a qualidade social á educação nos diferentes grupos sociais (MOREIRA, 2010).

As ações pedagógicas flexibilizam o currículo e assim baseam na oferta das respostas educativas dentro das necessidades de cada um. Dentro do contexto escolar devem ser denominadas como adaptação curricular ou flexibilização curricular (MERCADO e FUMES, 2017).

A flexibilização curricular compreende as modificações necessárias realizadas em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas, ou seja, são estratégias de planejamento e de atuação docente voltadas às necessidades de aprendizagem de cada estudante, fundamentadas em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que se deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos sejam beneficiados (MERCADO e FUMES, 2017, p. 05).



Dentro desse contexto, os PCNs possuem um caderno específico para as adaptações do currículo e suas estratégias para a educação de alunos com especialidades educacionais especiais, passando a orientar a prática docente e o ambiente escolar. As Adaptações Curriculares Estratégias para a Educação com Necessidades Educacionais Especiais, documentos dos PCNs, por ser específico, proporciona ao professor um engajamento maior quando existe a necessidade de adaptar as aulas, dentro de um planejamento elaborado para garantir a aprendizagem efetiva dos alunos, de acordo com cada necessidade. Acredita-se que é necessário observar que este documento busca focalizar o currículo como ferramenta básica da escolarização, a fim de orientar e organizar a ação e o ensino de cada professor (FRANCO, 2000).

O referido conhecimento é considerado como norteador para o trabalho pedagógico, no entanto, apresenta de forma negativa a falta de capacitação dos profissionais para trabalhar com os alunos, dentro das adaptações e flexibilizações curriculares, de acordo com Lessa (2012, p.40) “apesar de o texto dos PCNs possuir objetivos claramente definidos e ações bem delineadas, a princípio não houve um contexto institucional favorável à sua implementação”.

A BNCC pode destacar com seu surgimento a proposta de apresentar e oportunizar a participação da sociedade dentro do debate na construção do currículo escolar, dentro das políticas públicas educacionais, visando a redução das desigualdades regionais e sociais no acesso ao direito de aprender, sendo que o fato pode não ser concretizado, uma vez que existe a ilusão de este ser construído com autonomia (ANPED, 2015).

Torna-se necessário destacar que a BNCC, mesmo citando a perspectiva da transversalidade da Educação Especial, e assim, não realiza progressos nesses sentido. A educação especial promete garantir a inclusão social e educacional, buscando destacar que:

A Educação Especial, como modalidade de educação básica, compartilha os mesmos pressupostos teóricos e metodológicos das diferentes etapas, níveis e modalidades de ensino. O desafio está na prática da flexibilização curricular, na adequação de objetivos propostos, na adoção de metodologias alternativas de ensino, no uso de recursos e materiais específicos, no redimensionamento do tempo e espaço escolar, entre outros. Aspectos necessários para que estudantes com deficiências exerçam o direito de aprender em igualdade de oportunidades e condições (MERCADO e FUMES, 2017, p. 06).



Por ser a BNCC um documento referencial recente, tendo com base o âmbito nacional dentro de um caráter normativo, deveria buscar abordar a Educação Especial com a significância que merece. Esta falha apresentada deve ser corrigida ao incluir Educação Especial no Projeto Político Pedagógico de cada escola, de acordo com a realidade vivenciada e seus contextos, sendo assim pode indicar a autonomia da construção do currículo escolar, no entanto, pode-se acontecer que que essa responsabilidade não garanta o desenvolvimento desse processo.

Ambos documentos, PCNs e BNCC, por serem recorridos por profissionais da educação dentro dos planejamentos e o desenvolvimento dos processos de aprendizagem nos planos de aula. Nesse contexto se caracterizam como documentos fundamentais a serem pesquisados e analisados de forma eficaz. A Educação Especial é uma realidade vivenciada dentro dos espaços escolares, garantida por lei, faz-se necessário que os professores busquem o conhecimento e orientações para o seu fazer dentro do processo de ensino-aprendizagem. Pode-se perceber que a BNCC, por ser um documento norteador e normativo para a educação brasileira, apresenta inúmeras lacunas no enfoque a educação especial, um ponto preocupante para o processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais compreende a inclusão escolar como um conceito funcional adequado a todos os pressupostos dentro das políticas públicas compensatórias. Pode-se reafirmar que o discurso sobre a inclusão escolar é assegurada pelos direitos que são citados na CF e em todos os outros documentos que relatam sobre o Acesso a Educação Básica de educandos com necessidades educacionais especiais. No entanto, torna-se necessário aprofundar-se através de estudos, que possam favorecer a prática pedagógica, a avaliação e o currículo, para que estes possam deixar de ser mecanismos excludentes. Entende-se que a escola produz saberes e conhecimentos necessários a integração dentro de uma sociedade proposta a mudanças.

A leitura dos PCNs e a BNCC dentro do foco da educação inclusiva no contexto de educação especial, é necessário frisar que os PCNs trazem contribuições positivas para os educadores, proporcionando didaticamente diferentes possibilidades de adaptação do currículo escolar e as suas práticas pedagógicas. É necessário, citar que os PCNs têm o



material exclusivo para a educação inclusiva, proporcionando ao educador inúmeras leituras e formas para trabalhar no ambiente escolar.

É necessário frisar que os PCNs, material produzido há mais de 20(vinte) anos pode proporcionar ao educador diferentes leituras e inúmeras práticas dentro do ambiente escolar, buscando trabalhar de forma positiva o seu processo de ensino aprendizagem para os alunos inseridos nas salas regulares. No entanto, existente diferentes dificuldades encontradas no dia-a-dia da sala de aula, e assim necessitam de capacitação efetivas para trabalhar o ambiente inclusivo. A falta de capacitação dificulta o planejamento diferenciado e adaptado às singularidades para cada aluno e em específico para os que necessitam de atendimento especializado.

Existe a importância do planejamento adaptado e flexibilizado para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem dos alunos inclusos nas salas regulares, em vista disso os PCNs apresenta maior colaboração para o profissional da educação, diferente do texto apresentado pela BNCC. Os PCNs trazem dentro de seu texto a temática para a capacitação dos profissionais e um aporte de material com inúmeras possibilidades. Já na BNCC não apresenta informações concisas, deixando claro seu descompromisso com a inclusão e a Educação Especial em específico, deixando para que o Projeto Político Pedagógico e o Currículo Escolar de cada ambiente educacional, e assim não garante que seja observada a necessária importância de capacitação do professor.

Apesar da diferença temporal das duas publicações estudadas, a BNCC deveria trazer um maior aporte pedagógico e o embasamento normativo dentro da relação a Educação Especial, visto que o dia a dia da escola é diferente dos relatos teóricos documentais. Dentro deste contexto, torna-se necessário que as esferas educacionais percebam que a Educação Especial, é um direito e um dever da união, e assim esta precisa atender aos educando de forma que tracem objetivos e passem a flexibilizar currículos construindo planejamentos aplicados para a singularidade de cada educando.

REFERÊNCIAS

ANPED. *A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em educação (ANPtd) e a Base Nacional Comum Curricular(BNCC)*, 2015. Disponível em:<
http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/a_anped_e_a_bncc_versao_final.pdf >
Acesso em 27 de Out. de 2020.



BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 27 de Out. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, 2018. Brasília, DF. Disponível em: <<http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 27 de Out. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares - Estratégias para Educação de Alunos com Necessidades Especiais*, 1998. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, 2007. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf>. Acesso em 27 de Out. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em 27 de Out. de 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília-DF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em 27 de Out. de 2020.

FERNANDES, Sueli. *Fundamentos para Educação Especial*. 2 ed. rev. e atual. Curitiba: Ibepex 2011.

FERREIRA, Windzy Brazão. O conceito de diversidade no BNCC: relações de poder e interesses ocultos. *Revista Retratos da Educação*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez. 2015.

FRANCO, Monique. Os PCN e as Adaptações Curriculares Para Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais: Um Debate. *Anais: 23ª Reunião anual da ANPEd - GT de Educação Especial*. Caxambú - Set, 2000. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23851/16824>> Acesso em 27 de Out. de 2020.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010

GLAT, Rosana. *A Educação Inclusiva: Ensino Fundamental para portadores de necessidades especiais. Fundamentos das Classes Iniciais do Ensino Fundametal*. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.



KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de Metodologia Científica*. Petrópolis: Vozes, 2009.

KUPFER, Maria Cristina; PETRI, Renata. Por que ensinar a quem não aprende? *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, v. 5, n. 9, 109-117, 2000.

LESSA, Paula Batista. *Os PCN em Materiais Didáticos para Formação de Professores*. 238F. Tese (Doutorado em Educação, área de concentração, Gestão, Avaliação e Políticas Públicas) Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppge/files/2012/05/Tese-Paula-Batista-Lessa1.pdf>> Acesso em: 27 de Out. de 2020.

MERCADO, Elisângela Leal de Oliveira; FUMES, Neiza Lourdes Frederico Base Nacional Comum Curricular e a Educação Especial no contexto da Inclusão Escolar. *Anais: 10ª Encontro Internacional de Formação de professores e 11º Fórum permanente internacional de inovação educacional*. v. 10, n. 1 (2017).

MOREIRA, Antônio Flávio. *A qualidade e o currículo da educação básica brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SARTORETTO, Maria Lúcia. *Inclusão Escolar: um direito de alunos com e sem deficiência*. Portal Só Pedagogia, 2008. Disponível em:<<http://www.pedagogia.com.br/artigos/inclusaoescolar/>> Acesso em 27 de Out. de 2020.

SCHERER, Renata Porcher; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Professoras do atendimento educacional especializado: intervenção clínica ou pedagógica? *Acta Scientiarum*. Education, Maringá, v.37, n. 4, p. 415-425, Oct.-Dec., 2015.

SILVA, Mônica Ribeiro da. *Perspectivas Curriculares Contemporâneas*. Curitiba: InterSaberes, 2012.